

CARGO:

AUDITOR

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Eventuais erros no cartão-resposta referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento deverão ser comunicados através do endereço de e-mail, publicado no edital.
7. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
8. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início.
11. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o seu início.
12. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
13. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope, que contém os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.
14. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligar e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
15. Não será permitido ao candidato fumar no local onde esta ocorrendo o concurso.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – AUDITOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às próximas 3 (três) questões.

O PAÍS ENCARA A CORRUPÇÃO

Izabelle Torres

Em 2012, o Brasil progrediu no combate aos desvios na política e aos malfeitos na administração pública. O julgamento do mensalão e a realização da primeira eleição sob as restrições da Lei da Ficha Limpa foram marcos desse avanço.

O Brasil viveu um ano emblemático no combate à corrupção. Avanços inegáveis quebraram paradigmas e abriram espaço para mudanças significativas na forma de se fazer política no País. O principal protagonista desse novo capítulo da história, que começou a ser escrita em 2012, foi sem dúvida o Supremo Tribunal Federal (STF), na figura do presidente e relator do mensalão, ministro Joaquim Barbosa. Ao dedicar quatro meses e meio ao julgamento do maior processo que já tramitou na corte, o relator e os demais ministros fecharam o ano condenando autoridades à prisão e colocando em estado de alerta políticos de alto calibre acostumados aos mais variados desmandos e à impunidade. As conclusões do julgamento deixaram claro que desvios de dinheiro para alimentar esquemas de corrupção não serão tolerados, independentemente de quem sejam os autores das irregularidades. A corte, tendo Barbosa à frente, demonstrou também que, ao contrário do que alegavam os políticos, crimes de caixa 2 em campanhas não são próprios do sistema eleitoral. A prática deixou de ser considerada um crime menor e, no entendimento do STF, sempre vem associada a vários delitos.

Outro importante precedente aberto durante o processo do mensalão é o de que foro privilegiado não mais significa impunidade para quem tem mandatos. Até então, a maior dificuldade era julgar processos de políticos que dependiam da atuação de magistrados na fase de instrução. Mas os ministros mostraram que esses obstáculos podem ser facilmente removidos. Para auxiliar os ministros, o tribunal passou a nomear juízes de primeira instância. Com isso, o trâmite dos processos e o julgamento foram acelerados.

Também a partir da jurisprudência criada pelo STF, durante o processo do mensalão, o mentor intelectual da corrupção não poderá mais se esconder em funcionários subalternos. Ao julgarem os réus do esquema, os ministros firmaram convicção de que o autor do ato ilícito não é só quem executa, mas quem planeja e acompanha o desenrolar das ações ilegais. “O entendimento do tribunal contra a alegação de desconhecimento para derrubar a falta de provas diretas contra os chefes não funcionará mais”, disse o relator do mensalão, Joaquim Barbosa, em conversas com interlocutores. “É uma concepção de que o autor não é só quem executa, mas quem planeja”, afirmou o ministro Gilmar Mendes. [...]

(FONTE: Revista IstoÉ, 26/12/2012, p. 70 – 72)

1. A leitura do texto só não permite afirmar que

- a) houve significativas alterações no cenário político nacional, sendo um dos principais atores o Supremo Tribunal Federal, representado pelo presidente e relator do “mensalão”, o ministro Joaquim Barbosa.
- b) as conclusões do julgamento, além de terem sido esclarecedoras a respeito dos crimes de desvio de dinheiro, demonstram a imparcialidade no tratamento dos autores.
- c) os crimes de caixa 2, de acordo com a alegação apresentada pelos políticos, não são próprios do sistema eleitoral, e são considerados “crimes menores”, ainda que venham associados a outros delitos.
- d) os depoimentos de Joaquim Barbosa e de Gilmar Mendes, entre aspas, reforçam as informações trazidas no texto e também apontam uma importante mudança com relação à culpabilidade em processos criminais de natureza política.

2. O Novo Acordo Ortográfico (em conformidade com o Decreto nº 6.583, de 29/09/08) estabeleceu alterações nas regras de acentuação gráfica de alguns grupos de palavras, entre as quais se encontram determinados verbos. Considerando o que se afirmou, analise esta oração: “A prática deixou de ser considerada um crime menor e, no entendimento do STF, sempre vem associada a vários delitos.” Julgue as afirmações a seguir, assinalando V, para verdadeiro, ou F, para falso. Depois, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() O verbo em destaque não recebe acento gráfico porque há um sujeito simples ligado a ele; mas, de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, esse verbo, ligado a sujeito simples ou composto, passará a receber acento gráfico.

() Em consonância com o Novo Acordo Ortográfico, os verbos “ler” e “vir”, se conjugados na terceira pessoa do plural, no presente do indicativo, perderão o acento gráfico, ao contrário do que ocorrerá com o verbo em destaque.

() Se o verbo em destaque for substituído pelo verbo “estar”, em concordância com o sujeito que se encontra na oração, receberá acento gráfico, pois a regra que determina sua acentuação não foi modificada pelo Novo Acordo Ortográfico.

a) V; V; F.

b) F; V; V.

- c) F; F; V.
d) V; F; V.

3. Analise as afirmativas a seguir, relacionadas a segmentos do texto, e assinale a alternativa correta.

I – “O Brasil viveu um ano emblemático no combate à corrupção.” Se o substantivo sublinhado fosse substituído pela expressão “problemas de corrupção”, não haveria crase no termo anterior a ele.

II – “O principal protagonista desse novo capítulo da história, que começou a ser escrita em 2012, foi sem dúvida o Supremo Tribunal Federal (STF), na figura do presidente e relator do mensalão, ministro Joaquim Barbosa.” O termo sublinhado é um elemento de coesão textual cuja função, nesse trecho, é retomar o substantivo “história”.

III – “Ao julgarem os réus do esquema, os ministros firmaram convicção de que o autor do ato ilícito não é só quem executa, mas quem planeja e acompanha o desenrolar das ações ilegais.” Os verbos “planeja” e “acompanha” têm como objeto direto o termo sublinhado.

IV – “O entendimento do tribunal contra a alegação de desconhecimento para derrubar a falta de provas diretas contra os chefes não funcionará mais.” O sujeito do verbo sublinhado é “a falta de provas”.

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
b) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
c) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

4. “Redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações” (Manual de redação da Presidência da República). Assinale a alternativa que se aplica a textos dessa natureza genérica.

- a) Presença de impressões pessoais, uma vez que se trata da comunicação de questões de interesse público, podendo, portanto, em certos casos, conter comentários, como os que são naturais numa carta a um amigo, ou mesmo em textos literários.
b) Existem diferenças entre a língua escrita e a falada; as gírias, regionalismos e as expressões restritas a determinados grupos podem facilitar a comunicação escrita, já que circulam, predominantemente, na língua falada e devem, por conseguinte, ser empregadas de acordo com as variedades linguísticas regionais.
c) A aplicação do jargão burocrático, ainda que utilize linguagem técnica e objetiva, deve ser evitada nos órgãos públicos.
d) A informalidade e a padronização são elementos essenciais, específicos em cada tipo de expediente.

Leia atentamente o trecho do texto *Conveniência*, e, após, responda às próximas 3 (três) questões.

Olhai, oh Senhor, os jovens nos postos de gasolina. Apiedai-vos dessas pobres criaturas, a desperdiçar as mais belas noites de suas juventudes sentadas no chão, tomando Smirnoff Ice, entre bombas de combustível e pães de queijo adormecidos. Ajudai-os, meu Pai: eles não sabem o que fazem. São Paulo não tem praças, eu sei. As ruas são violentas, é verdade, mas nem tudo está perdido. Mostrai a esses cordeiros desgarrados a graça dos amassos atrás dos trepa-trepa, o esconderijo ofegante na casa das máquinas do elevador, as infinitas possibilidades da locadora da esquina, a alegria simplória da Sessão Corujão.

Encaminhai-os para um boliche, que seja, mas afastai suas bochechas rosadas dos vapores corrosivos dos metanóis. Pois nem toda a melancolia de um playground, nem todo o tédio de um salão de festas ou, vá lá, a pindaíba do espaço público simbolizada pelo churrasco na laje justifica a eleição de um posto de gasolina como ponto de encontro. Tudo, menos essa oficina dentária de automóveis, taba de plástico e alumínio, neon e graxa, túmulo do samba e impossível novo quilombo de Zumbi.

Que futuro pode ter um amor que brota sob a placa “troca de óleo, ducha grátis acima de 100 reais”?

[...]
Salvai-me do preconceito e da tentação, oh, Pai, de dizer que no meu tempo tudo era lindo, maravilhoso. Passei muitas horas molhando a bunda num ringue de patinação no gelo, ou vagando a esmo por shopping centers, aguardando a luz no fim do túnel da minha adolescência. Talvez fosse a mesma coisa. Talvez exista alguma poesia em passar noite após noite sentado na soleira de uma loja de conveniência, em desfilar com a chave do banheiro e sua tabuinha, em gastar a mesada em chicletes e palha italiana.

Explicai-me o mistério, numa visão, ou arrancai-os dali. É só o que vos peço, humildemente, no ano que acaba de nascer. Obrigado, Senhor.

(FONTE: PRATA, Antonio. *Conveniência*. In: KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2010.)

5. Assinale a alternativa incorreta, no que se refere ao texto.

- a) O texto inicia com sequências injuntivas, que, embora sejam próprias do estilo de uma prece, não devem ser empregadas em textos do gênero crônica.
b) Nota-se a existência de um sujeito suplicante e de um Ser a quem se dirige a prece, como se verifica por meio da recorrência de verbos empregados no modo imperativo.

- c) O texto pode ser dividido em duas fases: na primeira, o sujeito reprova o comportamento de jovens com relação ao local escolhido para lazer – um posto de gasolina; na segunda, parece voltar atrás em suas ideias, ao recordar a própria juventude, encontrando na lembrança situações semelhantes às que são objeto de crítica no presente.
- d) A intertextualidade é constituída por meio da relação entre o discurso do sujeito e a oração (prece), considerando-se, principalmente, sua estrutural formal, tomada por “empréstimo” pelo autor.

6. Analise as afirmativas a seguir, relacionadas a segmentos do texto, e assinale a alternativa correta.

I – “São Paulo não tem praças, eu sei. As ruas são violentas, é verdade, mas nem tudo está perdido.” Os trechos destacados podem ser entendidos como fatos ou situações que acabam reduzindo as opções de lazer dos jovens, levando-os a frequentar conveniências em postos de gasolina.

II – “Mostrai a esses cordeiros desgarrados a graça dos amassos atrás dos trepa-trepa, o esconderijo ofegante na casa das máquinas do elevador, as infinitas possibilidades da locadora da esquina, a alegria simplória da Sessão Corujão.” As duas palavras destacadas obedecem à mesma regra de acentuação; o substantivo “trepa-trepa” não está no plural porque é composto por dois verbos.

III – “Salvai-me do preconceito e da tentação, oh, Pai, de dizer que no meu tempo tudo era lindo, maravilhoso. Passei muitas horas molhando a bunda num ringue de patinação no gelo, ou vagando a esmo por shopping centers, aguardando a luz no fim do túnel da minha adolescência.” Percebe-se uma mescla de traços das funções emotiva e conativa da linguagem.

IV – “Talvez exista alguma poesia em passar noite após noite sentado na soleira de uma loja de conveniência, em desfilarmos com a chave do banheiro e sua tabuinha, em gastar a mesada em chicletes e palha italiana.” O pronome sublinhado poderia ser substituído pelo artigo definido feminino “a”, sem acarretar alterações de coesão e coerência ao texto.

- a) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
d) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

7. “A utilização das palavras é um fato que permite verificar a dinamicidade da língua portuguesa. Ela é um “organismo vivo”. A constante renovação do léxico tem sido prova desse fenômeno, pois, enquanto uma palavra é criada, outra cai em desuso, ou lhe é atribuído novo significado. Além disso, a comunicação com outros povos – hoje muito mais fácil e rápida – permite que as línguas “adotem” determinadas palavras ou expressões umas das outras, por meio de adaptações fonéticas e gráficas.” Considerando a temática desse parágrafo, bem como o vocabulário do texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) “Mensalão” pode ser considerado neologismo, considerado o contexto político em que foi criado.
b) A palavra “playground”, por ser um estrangeirismo, não admite nem aportuguesamento, nem correspondência em português brasileiro.
c) A palavra “luz” pode apresentar sentidos diferentes, a depender da situação comunicativa, sendo, portanto, uma palavra polissêmica.
d) “shopping center” e “mouse” são estrangeirismos que podem sofrer alterações fonéticas.

Leia o texto a seguir e responda as próximas 3 (três) questões.

INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

Porto Alegre entrou para o grupo de 31 cidades globais premiadas pelo programa Smarter Cities Challenge, da IBM, em novembro. Especialistas das empresas se instalarão na cidade, em 2013, para desenvolver um software de apoio ao projeto vencedor do concurso, chamado Cidade Cognitiva. A ferramenta, que será produzida gratuitamente e sob medida, permitirá fazer simulações de impacto antes da tomada de decisões sobre obras e ações demandadas pelo Orçamento Participativo (OP). O objetivo é evitar erros que possam comprometer a boa qualidade de vida da cidade.

(FONTE: Revista PLANETA. Dez, 2012 / Jan, 2013, p.42)

8. Analise os trechos com relação à pontuação e assinale a alternativa correta.

- a) “Porto Alegre entrou para o grupo de 31 cidades globais premiadas pelo programa Smarter Cities Challenge, da IBM, em novembro.” Vírgulas: a segunda vírgula isola um vocativo.
b) “Especialistas das empresas se instalarão na cidade, em 2013, para desenvolver um software de apoio ao projeto vencedor do concurso, chamado Cidade Cognitiva.” Ponto final: poderia substituir a primeira vírgula, mas não a segunda.
c) “A ferramenta, que será produzida gratuitamente e sob medida, permitirá fazer simulações de impacto antes da tomada de decisões sobre obras e ações demandadas pelo Orçamento Participativo (OP).” Vírgulas: estão separando um adjunto adverbial deslocado.
d) “O objetivo é evitar erros que possam comprometer a boa qualidade de vida da cidade.” Dois pontos: aceitáveis após o verbo “é”.

9. Quatro períodos do texto estão reescritos a seguir. Analise-os e verifique qual das alternativas apresenta alteração no sentido da frase.

- a) “Em novembro, Porto Alegre entrou para o grupo de 31 cidades globais que receberam prêmios do programa Smarter Cities Challenge, da IBM.”
- b) “Especialistas das empresas instalarão na cidade, em 2013, um software que apoiará desenvolvimento do projeto vencedor do concurso, chamado Cidade Cognitiva.”
- c) “A ferramenta será produzida gratuitamente, sob medida, e vai permitir fazer simulações de impacto antes da tomada de decisões sobre obras e ações que o Orçamento Participativo (OP) demanda.”
- d) “Evitar erros que possam comprometer a boa qualidade de vida da cidade é o objetivo.”

10. Julgue as afirmações referentes ao texto, assinalando V, para verdadeiro, ou F, para falso. Depois, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- () Há predomínio de denotação.
 - () O último período é composto por subordinação.
 - () Ocorre pelo menos uma oração reduzida.
- a) V; F; V.
 - b) F; V; F.
 - c) F; F; F.
 - d) V; V; V.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Ana vai para a praia se e somente se Beatriz vai para o campo. Ora, Beatriz vai para o campo, ou Ana vai para a praia. Logo:

- a) Ana vai para a praia, e Beatriz não vai para o campo.
- b) Se Ana não vai para a praia, então Beatriz vai para o campo.
- c) Se Ana vai para a praia, então Beatriz não vai para o campo.
- d) Ana não vai para a praia, e Beatriz vai para o campo.

12. Algum Antrogeno é Becaro. Todo Antrogeno é Colastano. Logo:

- a) Todo Becaro é Colastano.
- b) Todo Colastano é Antrogeno.
- c) Todo Becaro é Antrogeno.
- d) Algum Becaro é Colastano.

13. Há três casas, numeradas de 1 a 3; cada uma delas contém somente um morador. Em uma mora uma atleta, na outra uma dentista e na outra uma professora. Para fazer uma brincadeira com uma visita foi colocada uma placa em cada casa, com as inscrições:

Casa 1: “A atleta mora na casa 3.”

Casa 2: “A dentista mora na casa 1.”

Casa 3: “A atleta mora aqui.”

Sabe-se que a placa da casa que mora a atleta pode ser verdadeira ou falsa. Sabe-se, ainda que a placa da casa que mora a dentista é falsa e que a placa da casa da professora é verdadeira. Com tais informações, a visita conclui corretamente que nas casas 1, 2 e 3 moram respectivamente:

- a) Dentista, Professora, Atleta.
- b) Atleta, Professora, Dentista.
- c) Professora, Dentista, Atleta.
- d) Professora, Atleta, Dentista.

14. Analise os argumentos a seguir:

Argumento I – Se Ana for atriz ou Brenda for bibliotecária, então Carla será cantora.

Brenda é bibliotecária.

Portanto, Carla será cantora.

Argumento II – Se eu conhecer o dono do circo então assistirei ao espetáculo.

Eu assisti ao espetáculo.

Portanto, eu conheço o dono do circo.

Assinale a alternativa correta, sobre os argumentos serem válidos ou inválidos.

- a) I é válido e II é inválido.
- b) I é inválido e II é válido.
- c) I e II são inválidos.
- d) I e II são válidos.

15. Num estudo realizado com 1000 professores constatou-se que 470 possuíam um cargo público, 230 possuíam um cargo municipal e 450 não tinham nem cargo público, nem municipal. Qual o número de professores que possuem um cargo público e municipal simultaneamente?

- a) 150.
- b) 240.
- c) 360.
- d) 410.

LEGISLAÇÃO

16. Analise os incisos XI, XXI e XXII, do art. 37 da Constituição Federativa do Brasil/88.

I – (XI) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

II – (XXI) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

III – (XXII) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

As afirmações I, II e III são, respectivamente

- a) V, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, V, V.
- d) V, V, F.

17. Tendo como referência o que estabelece o art. 37, § 1º, § 2º e § 3º, da Constituição Federativa do Brasil/88, analise as seguintes afirmativas:

I – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

II – A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

III – A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta, exceto das autarquias.

IV – As formas de participação do usuário na administração pública indireta obedecem a regulamentação específica do respectivo órgão.

Quais afirmativas estão em conformidade com o art. 37, § 1º, § 2º e § 3º, da Constituição Federativa do Brasil/88?

- a) As afirmativas I, II, III e IV.
- b) Somente as afirmativas I e IV.
- c) Somente as afirmativas I, III e IV.
- d) Somente as afirmativas I e II.

Responda as duas (2) próximas questões de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

18. O art. 76-A estabelece: “A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual”:

I – atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II – participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III – participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV – participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.

Marque a alternativa correta.

- a) Estão corretos os incisos I, II, III e IV.
- b) Estão corretos os incisos I e II e incorretos os incisos III e IV.
- c) Está correto o inciso IV e incorretos os incisos I, II e III.
- d) Estão corretos os incisos I, II e III e incorreto o inciso IV.

19. Assinale a alternativa que apresenta a afirmativa incorreta.

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- b) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- c) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, quinze e, no máximo, quarenta e cinco dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- d) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

20. Conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, não está correto o que se afirma na alternativa:

- a) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- b) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- c) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, exceto pelos aposentados, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- d) Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

ATUALIDADES

21. “As manifestações folclóricas em Minas têm suas origens nas tradições, usos e costumes dos colonizadores portugueses, com forte influência das culturas indígena e africana. Essas influências estão guardadas nos objetos de artesanato, na culinária e danças típicas, nas músicas, na linguagem e literatura oral, na medicina popular e nas festas com manifestações populares tradicionais”.

(Fonte: <http://www.mg.gov.br/governomg> - acesso em 01/02/2013)

Associe as duas colunas, relacionado o tipo de folguedo a sua definição, e marque a alternativa que representa a sequencia correta de cima para baixo.

- 1. Congado. () Folguedo que ocorre no período do Natal, de 24 de dezembro a 6 de janeiro.
- 2. Pastorinhas. () Reúne os Grupos de Moçambique, Catopés, Congo, Marujada, Caboclos, Vilão e Candomblé.
- 3. Folia de Reis. () Em Minas, costuma ser chamada também de Festa do Império, porque durante sua realização é eleito um imperador, que será o festeiro ou o homenageado da próxima festa.
- 4. Festa do Divino. () Vestem-se apropriadamente, dançam e cantam a mensagem em louvor e pedem contribuição para o natal das crianças pobres do local.

5. Boi de Reis. () É um dos mais típicos folguedos populares e sua origem é portuguesa.

- a) 1, 2, 3, 5, 4.
- b) 3, 1, 4, 2, 5.
- c) 2, 3, 5, 4, 1.
- d) 3, 1, 5, 2, 4.

22. Analise as afirmativas sobre a história de Minas Gerais e marque a alternativa que apresenta sequência correta, de cima para baixo.

() “A colonização efetiva do estado de Minas Gerais se iniciou em meados do século XVII.”

() “Minas Gerais foi o centro econômico da colônia portuguesa durante boa parte do século XVIII por causa da descoberta de inúmeras jazidas, minas de ouro e pedras preciosas.”

() “Com a decadência da atividade de extração e mineração dos metais e pedras preciosas, o eixo econômico deslocou-se para a região da Zona da Mata e Sul do estado, com vocação para agricultura e pecuária.”

() “Até cerca da metade do século XX a economia de Minas Gerais era predominantemente a pecuária, quando grandes parques siderúrgicos se instalaram no estado e iniciaram novo ciclo econômico, que persiste com grande força até hoje.”

- a) V, F, F, V.
- b) V, V, F, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, V, V, F.

23. “Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Todos os títulos são escriturais, isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica. A liquidação da ponta financeira de cada operação é realizada por intermédio do STR, ao qual o Selic é interligado.

O sistema, que é gerido pelo Banco Central do Brasil e é por ele operado em parceria com a Anbima, tem seus centros operacionais (centro principal e centro de contingência) localizados na cidade do Rio de Janeiro”.

(Fonte: <http://www.bcb.gov.br/?spbselic> – acessado em 05/02/2013)

1. Participam do sistema, na qualidade de titular de conta de custódia, além do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades operadoras de serviços de compensação e de liquidação, fundos de investimento e diversas outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

2. São considerados liquidantes, respondendo diretamente pela liquidação financeira de operações, além do Banco Central do Brasil, os participantes titulares de conta de reservas bancárias, incluindo-se nessa situação, obrigatoriamente, os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas, e, opcionalmente, os bancos de investimento.

3. Os participantes não-liquidantes são classificados como autônomos ou como subordinados, conforme registrem suas operações diretamente ou o façam por intermédio de seu liquidante-padrão.

4. Tratando-se de um sistema de liquidação em tempo real, a liquidação de operações é sempre condicionada à disponibilidade do título negociado na conta de custódia do vendedor e à disponibilidade de recursos por parte do comprador.

5. Se a conta de custódia do vendedor não apresentar saldo suficiente de títulos, a operação é mantida em pendência pelo prazo máximo de 60 minutos ou até 18h30, o que ocorrer primeiro (não se enquadram nessa restrição as operações de venda de títulos adquiridos em leilão primário realizado no dia). A operação só é encaminhada ao STR para liquidação da ponta financeira após o bloqueio dos títulos negociados, sendo que a não liquidação por insuficiência de fundos implica sua rejeição pelo STR e, em seguida, pelo Selic.

Analise as informações acima e marque a alternativa correta.

- a) Apenas o item 1 é correto.
- b) Apenas os itens 1, 3, 4 e 5 são corretos.
- c) Os itens 1, 2, 3, 4 e 5 são corretos.
- d) Apenas os itens 2, 3, e 5 são corretos.

24. “Historicamente, o uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados têm ocorrido de forma injusta. A importante contribuição destes componentes para o desenvolvimento de novos produtos comerciais, muitos deles patenteados, tem sido apropriada pelos países desenvolvidos sem que tenha havido previamente alguma solicitação para o acesso, o respeito a algum tipo de consentimento

prévio ou alguma forma de repartição de benefícios para com os países de origem da biodiversidade ou para com as comunidades tradicionais detentoras.

Diante deste cenário, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) representou um avanço notável no âmbito das negociações internacionais, especialmente para os países megadiversos como o Brasil”.

(Fonte: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico> – cessado em 09/02/2013)

Ainda sobre esse tema, esta incorreta a alternativa:

- a) Ao reconhecer a soberania nacional sobre a biodiversidade, estabelecer o objetivo da repartição de benefícios, decorrente do uso dos recursos genéticos e reconhecer os direitos das comunidades indígenas e locais sobre seus conhecimentos, definiu as bases para uma nova cultura no uso destes componentes.
- b) A CDB também estabeleceu que cabe a cada país regular, por legislação nacional, o acesso e a repartição de benefícios, bem como o consentimento prévio fundamentado, relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.
- c) A regulação do acesso e da repartição de benefícios, juntamente com a promoção do uso sustentável da biodiversidade, representam ações estratégicas para a conservação da biodiversidade - e oportunidade de afirmação dos direitos soberanos sobre a biodiversidade e dos direitos das comunidades tradicionais.
- d) No Brasil o tema é regulado em cada estado, através de Medida Provisória como a autonomia estadual, tendo função normativa e deliberativa sobre as autorizações de acesso e remessa.

25. O Ministro de Estado da Saúde instituiu o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, através da Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011.

I – O Programa Academia da Saúde tem como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis.

II – Os polos do Programa Academia da Saúde são espaços públicos construídos para o desenvolvimento de atividades como orientação para a prática de atividade física; promoção de atividades de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar; práticas artísticas (teatro, música, pintura e artesanato) e organização do planejamento das ações do Programa em conjunto com a equipe de APS e usuários.

III – As atividades serão desenvolvidas por profissionais de saúde da atenção primária em saúde, especialmente dos Núcleos de Saúde da Família (NASF), podendo ser agregados profissionais de outras áreas do setor público.

(Fonte: <http://portal.saude.gov.br> – acessado em 05/02/2013)

Analise o texto acima e marque a alternativa incorreta.

- a) O item I é correto.
- b) O item II é incorreto.
- c) O item III é correto.
- d) O item II é correto.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

26. Não é objetivo do planejamento de auditoria

- a) buscar a coordenação do trabalho a ser efetuado por auditores internos.
- b) facilitar a supervisão dos serviços executados, especialmente quando forem realizados por uma equipe de profissionais.
- c) identificar os problemas potenciais da entidade.
- d) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com as normas internas da entidade, para a realização do trabalho.

27. Assinale a alternativa correta em relação ao conceito de amostragem estatística.

- a) É aquela em que a amostra é selecionada cientificamente com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas.
- b) É aquela em que a amostra é determinada pelo auditor utilizando sua experiência, critério e conhecimento da entidade.
- c) É a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionados, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população.
- d) É a utilização de um processo para obtenção de dados aplicáveis a um conjunto, denominado universo ou população.

28. Assinale a alternativa correta quanto à forma e conteúdo dos papéis de trabalho.

- a) Os papéis de trabalho padronizados não melhoram a eficácia dos trabalhos, pois sua utilização dificulta a delegação de tarefas, não proporcionando assim, meio adicional de controle de qualidade.

- b) Entre os papéis de trabalho não padronizados, encontram-se, além de outros: listas de verificação de procedimentos, cartas de confirmação de saldos, termos de inspeções físicas de caixa, de estoques e de outros ativos.
- c) A extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, visto que não é necessário nem prático documentar todas as questões de que o auditor trata. Entretanto, qualquer matéria que, por ser relevante, possa influir sobre o seu parecer, deve gerar papéis de trabalho que apresentem as indagações e as conclusões do auditor.
- d) Ao avaliar a extensão dos papéis de trabalho, o auditor deve considerar o que seria necessário para proporcionar a outro auditor, sem experiência anterior com aquela auditoria, o entendimento do trabalho executado e a base para as principais decisões tomadas, adentrando minuciosamente os aspectos detalhados da auditoria.

29. No que diz respeito aos procedimentos para identificar transações e eventos subsequentes a serem indagados à administração, não está correta a alternativa:

- a) Ajustes contábeis uniformes.
- b) Vendas de ativos.
- c) Quitação de novos compromissos, empréstimos ou garantias concedidas.
- d) Situação atual de itens contabilizados com base em dados preliminares ainda que conclusivos.

30. Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto quanto à finalidade da auditoria governamental.

- a) Baseia-se principalmente pela comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliação dos resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública federal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.
- b) Inclui-se a comprovação da legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliação dos resultados alcançados, quanto aos aspectos referentes à economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.
- c) Resulta-se da comprovação legal dos atos e fatos administrativos e mensuração dos resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.
- d) Fundamenta-se pela comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliação dos resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da administração pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.

31. A forma de execução de auditoria que pressupõe a utilização de indicadores de desempenho que fundamentam a opinião do agente executor das ações de controle é a

- a) compartilhada.
- b) simplificada.
- c) centralizada.
- d) integrada.

32. A confirmação externa é um tipo de técnica de auditoria e tem como premissa a

- a) verificação junto a fontes externas ao auditado, da fidedignidade das informações obtidas internamente. Uma das técnicas consiste na circularização das informações com a finalidade de obter confirmações em fonte diversa da origem dos dados.
- b) verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados. A técnica pressupõe a verificação desses registros em todas as suas formas.
- c) revisão das memórias de cálculos ou a confirmação de valores por meio do cotejamento de elementos numéricos correlacionados, de modo a constatar a adequação dos cálculos apresentados.
- d) investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.

33. Sobre os procedimentos e técnicas de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Testes de observância visam à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábeis e administrativos da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
- b) Testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- c) Técnica de Auditoria é o conjunto de processos e ferramentas operacionais de que se serve o controle para a obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos.
- d) Procedimento de auditoria é o conjunto de verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que permite obter confirmações ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações necessárias à formulação e fundamentação da opinião por parte do Sistema de Controle Interno.

34. A respeito do certificado de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão de controle interno avaliará a regularidade da gestão, concluindo pela regularidade plena, com ressalvas ou pela irregularidade e fará a síntese das falhas e irregularidades constatadas, identificando quais as falhas que resultaram nas ressalvas indicadas e as irregularidades que resultaram no relatório pela irregularidade, quando for o caso.
- b) O órgão de controle externo avaliará a regularidade da gestão, concluindo pela regularidade parcial, com ressalvas ou pela irregularidade e fará a síntese das falhas e irregularidades constatadas, identificando quais as falhas que resultaram nas ressalvas indicadas e as irregularidades que resultaram no parecer pela irregularidade, quando for o caso.
- c) O órgão de controle interno avaliará a regularidade da gestão, concluindo pela regularidade plena, com ressalvas ou pela irregularidade e fará a síntese das falhas e irregularidades constatadas, identificando quais as falhas que resultaram nas ressalvas indicadas e as irregularidades que resultaram no parecer pela irregularidade, quando for o caso.
- d) O órgão de controle externo avaliará a regularidade da gestão, concluindo pela regularidade plena, com ressalvas ou pela irregularidade e fará a síntese das falhas e irregularidades constatadas, identificando quais as falhas que resultaram nas ressalvas indicadas e as irregularidades que resultaram no parecer pela irregularidade, quando for o caso.

35. Prestação de contas é o

- a) processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal indireta e daquelas não classificadas como integrantes da administração direta federal.
- b) processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal direta.
- c) processo de verificação de que não houve prestação de contas por agente responsável ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Nacional.
- d) processo de contas ordinárias, organizado com a finalidade de possibilitar a avaliação sistêmica da gestão de unidades jurisdicionadas subordinadas a uma unidade central, responsável pela coordenação, supervisão funcional ou gerência de programa incluído no Plano Plurianual.

36. Em relação à Dívida Ativa, assinale a alternativa correta.

- a) A contabilidade analítica de ser alimentada, anualmente, com as informações da dívida ativa, tais como: saldo anterior, inscrições realizadas no período, recebimentos, baixas por cancelamentos e atualização monetária.
- b) A inscrição da dívida ativa decorre, exclusivamente, de natureza tributária.
- c) A inscrição de valores na dívida ativa deverá ser efetuada com base em créditos exigíveis e vencidos, ou seja, os créditos têm de satisfazer às formalidades exigidas pelo órgão responsável pela sua cobrança e o prazo para pagamento da obrigação já deve ter vencido.
- d) A contabilização no órgão originário do crédito, quando do reconhecimento da dívida ativa, é a seguinte:
 - D = Créditos a receber
 - C = Variação Patrimonial Diminutiva.

37. Determinada Prefeitura empenhou durante o exercício de 2011, o valor de R\$ 900.000,00 para pagamento de pessoal, no entanto, o valor pago foi de R\$ 550.000,00 e o valor liquidado foi de R\$ 750.000,00. Com essas informações, sabendo que não ocorreu anulação de empenho, é possível afirmar que:

- a) Houve inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$ 350.000,00.
- b) A inscrição de restos a pagar processados foi no valor de R\$ 200.000,00.
- c) A inscrição de restos a pagar não processados não foi no valor de R\$ 150.000,00.
- d) Em hipótese alguma, poderia haver o cancelamento da nota de empenho.

38. A respeito das finanças públicas, disciplinadas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Não é vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- b) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- c) Os créditos adicionais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- d) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

39. Quanto aos critérios de mensuração e reconhecimento aplicados à depreciação, amortização e exaustão, em conformidade com a NBC T 16.9, assinale a alternativa incorreta.

- a) A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.
- b) A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.
- c) A depreciação e a amortização cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.
- d) A vida útil econômica deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

40. É finalidade do controle interno, de acordo com o art. 74, da Constituição Federal de 1988:

- a) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no orçamento, a execução dos programas de governo e dos planos plurianuais dos Poderes.
- c) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.